

OS ANJOS PODEM FERIR: UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Adriana Aparecida de Souza (PPGCS/UFRN)

Este estudo trata de violência contra crianças dentro do contexto familiar. Procura observar em que momento e circunstâncias as relações de agressividade familiar ocorrem, particularmente, as relações violentas de mães contra filhos, refletindo como acontecem e como se sustentam. Assim, buscamos compreender como essas relações são configuradas no âmbito doméstico de famílias pobres, da periferia da Zona Leste e da Zona Norte da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte (RN), Brasil.

A violência contra crianças e adolescentes atinge dimensões alarmantes em todo o mundo, em especial no Brasil, constituindo um fenômeno social complexo. Pesquisas mostram que a maior incidência de agressões contra crianças é registrada dentro de seus lares, caracterizando-se como um tipo de violência que é definida como intrafamiliar ou doméstica (GUERRA, 1998; DESLANDES, 2004).

Diante disto, reconhecemos a complexidade do assunto aqui proposto, o qual demanda inúmeros questionamentos, dentre os quais foram escolhidos, para compor a problemática desta dissertação, os seguintes:

- a) Como são construídas as relações violentas entre mães e filhos?
- b) Em que contextos as relações de violência intrafamiliar ocorrem?
- c) Como as mães compreendem as relações violentas por elas cometidas contra seus filhos?
- d) Como a comunidade reage às relações violentas intrafamiliares?

A partir de tais questionamentos, foram construídas duas hipóteses:

- a) As relações violentas construídas entre mães e filhos podem ou não ser compreendidas como tal pelas mães e pela comunidade.
- b) As mães entendem que a agressão é uma forma de educar desenvolvida culturalmente e, por isso, acreditam que não cometem violência.

A pesquisa, que ora apresentamos, foi desenvolvida de março de 2006 a março de 2008. Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica e, em seguida, foram entrevistadas 10 mães. Cinco destas mães foram atendidas pelo Conselho Tutelar (CT) da Zona Leste da Cidade de Natal-RN, o qual convencionamos

denominar, neste trabalho, de Grupo Denunciado. Este Grupo, aos olhos da comunidade, praticou relações violentas com seus filhos. As outras cinco mães não têm contato com o CT e formam o grupo que denominamos de Grupo Não Denunciado. Este grupo foi introduzido na pesquisa de campo como uma tentativa para apreendermos se existem diferenças entre o Grupo Denunciado e o Grupo Não Denunciado, no tocante às relações de violência contra seus filhos e sobre os significados de cuidar e de agredir os filhos entre esses Grupos.

Temos, portanto, como proposição dissertar sobre a família e suas transformações, refletindo sobre o contexto familiar, e as circunstâncias geradoras de violência contra crianças na família, enfatizando a construção histórico-social do relacionamento de mães e filhos. Esta pesquisa traz uma interpretação sociológica do fenômeno da violência intrafamiliar, recortando, deste, as relações de violência entre mães e filhos, buscando, assim, as circunstâncias nas quais elas se manifestam.

De antemão, sinalizamos que este é um fenômeno multicausal; por essa razão, o foco da pesquisa se baseia na idéia de que na sociedade brasileira, na primeira década do século XXI, ainda se reconhece, como necessária, a prática do uso da dor física como instrumento de punição corporal, cujo fundamento é o de que os que fogem às regras, às normas necessitam de correção através da dor. Provavelmente, esta forma de punir tenha recebido influências históricas derivadas da formação jesuítica. Isto, de certa forma, enuncia para a compreensão de que as denúncias feitas aos CT's aconteceram porque a comunidade e alguns familiares pensam de maneira diferente, e reconhecem como relações reprováveis às relações violentas de mães contra filhos. Sendo assim, percebemos que, ao serem denunciadas tais relações, estas deixam de ser do âmbito privado, para se constituírem como públicas, e, conseqüentemente, lugar de intervenção, ou seja, de controle social. Na cidade de Natal, é o SOS Criança e o CT que detêm a função legítima de intervir nas famílias transgressoras denunciadas pela comunidade por relações de violência.

O esforço em examinar essas questões justifica-se pela relevância do papel da família na formação dos sujeitos, especialmente das mães, sem, no entanto, deixar de reconhecer o papel dos pais. E também, por significar uma importante contribuição para o estudo das complexas relações existentes entre

mães e filhos, para a socialização e a cultura. É justamente essa tarefa que objetivamos compreender nesta dissertação, discutindo-a de forma contextual.

Salientamos que este estudo se originou de uma pesquisa realizada entre os anos de 2004 e 2005 no SOS Criança, em Natal/RN, na qual os resultados apontam que os tipos de violência mais praticados contra crianças e adolescentes foram: a agressão física e a negligência.

Este trabalho aqui introduzido é, como podemos, observar, a segunda fase de um estudo sobre o fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Parte, inicialmente, da constatação de que tal fenômeno ocorre de forma semelhante em outros lugares do Brasil, conforme verificamos em pesquisa anterior: são casos de violência física e negligência os que mais ocorrem no país. No entanto, havia algo muito mais instigante nessa correlação de semelhanças: as maiores responsáveis pela violência doméstica contra as crianças e os adolescentes eram as próprias mães.

Esta pesquisa foi planejada teórica e metodologicamente, tendo como referentes os resultados empíricos da pesquisa anterior, visando perceber os contextos nos quais as relações violentas se estabelecem, na periferia da cidade de Natal/RN, especificamente nas Zonas Leste e Norte, como já enfatizamos, através de um recorte empírico não paramétrico.

Na pesquisa empírica foram utilizados dois instrumentos para a coleta do material de campo. O primeiro, uma ficha-preenchida no início da entrevista, com o objetivo de registrar algumas informações preliminares do encontro, dentre tais informações: a renda familiar; quantas pessoas moram com a mãe entrevistada; quantos filhos; estado civil; idade; profissão e escolaridade. A ficha garantiu o registro de algumas informações relevantes para o delineamento das condições socioeconômicas dos sujeitos da pesquisa.

O segundo, um roteiro para entrevistas, que reflete o principal interesse investigativo deste trabalho: a violência intrafamiliar de mães contra filhos. Este foi elaborado para servir como um guia para a condução dos depoimentos. As perguntas e temas centrais serviram de diretrizes que possibilitaram que as mães pudessem desenvolver seus próprios discursos.

As entrevistas nos possibilitaram perceber, de forma aprofundada, a visão das mães sobre a relação entre elas e os filhos, características da família e o impacto da socialização em sua vida. Trabalhamos, portanto, com as

representações sociais das próprias entrevistadas sobre o significado do cuidar, de ter filhos, e a relação com estes em sua vida, bem como da forma de educar.

Podemos afirmar que a estruturação das entrevistas é configurada em duas partes. Na primeira, as entrevistadas foram convidadas a fazer uma retrospectiva da sua infância, informando como era seu relacionamento com seus pais, como era a educação, como viviam, visando, assim, identificar outros fatores que concorreram para a constituição de sua singularidade como mãe. Nessa fase, elas foram orientadas a discorrer sobre as marcas positivas e negativas percebidas na história de vida. A segunda parte buscava possibilitar que as mães falassem sobre a ação pedagógica socializadora por elas praticada no contexto intrafamiliar. Nesta parte, foram estimuladas a falar sobre o que entendem por educação, estabelecendo relações entre o cultural e o social em seu contexto de vida.

Em seguida, estruturamos a pesquisa em duas dimensões: uma de análise do referencial teórico e outra de pesquisa de campo. A pesquisa empírica e a teórica tiveram funções complementares e ocorreram concomitantemente, tendo em vista que, a todo momento, tínhamos que recorrer às teorias para compreender o objeto em estudo.

A pesquisa teórica foi feita a partir de um levantamento bibliográfico preliminar de temas pertinentes ao estudo, tais como: a história da família, da maternidade e das crianças, tipos de violência e suas configurações, e como estas se caracterizam no contexto social. Este levantamento privilegiou, especificamente, a violência intrafamiliar praticada pelas mães contra seus próprios filhos. Inicialmente, foram feitas leituras e interpretações de livros de autores que tratam do assunto, dentre estes: Badinter (1978), Del Priore (1991 e 1999), em que, vimos as transformações do papel da maternidade na sociedade ocidental, isto é, a construção cultural do sentimento materno; em Deslandes (1994) e em Guerra (1998), verificamos as reflexões sobre os conceitos de violência doméstica e/ou intrafamiliar contra crianças e adolescentes, os quais propõem tratar-se de toda ação que vise a causar dano na criança ou adolescente, seja ele físico ou psicológico, praticado pelos pais. Já em Sarti (2003), observamos as transformações familiares dos segmentos populares, trazendo como base fundamental deste segmento a moral; em Fonseca (2000 e 2006), buscamos a compreensão das relações de violência no contexto familiar, a qual visualiza essas relações como uma prática que é aceita como um meio de resolver conflitos. Salientamos que, ao longo

do trabalho, os estudos foram ampliados e aprofundados à medida que outras obras foram sendo consideradas em virtude da importância e da pertinência com o tema investigado, dentre as quais ressaltamos o conceito de disciplina de Foucault (1975), que a define como uma técnica de exercício de poder que visa controlar o corpo; e o de corpo circunscrito de Caldeira (2000), o qual aponta a dor como o meio legítimo de punir o corpo, isto é, com a dor se marca o corpo transgressor.

Desse modo, apreendemos que no universo da violência intrafamiliar, como propõe esta pesquisa, é necessário analisar os casos em suas singularidades, buscando identificar, por meio de depoimentos de mães de comunidades da periferia da cidade de Natal-RN, a visão destas mães sobre a educação dos filhos, como já explicitamos.

Nesse sentido, observamos similitudes e diferenças entre os discursos das mães do Grupo Denunciado e o que o CT registrou sobre as tais mães. Em seguida, entre os discursos dos dois grupos de mães, para compreendermos se estes compartilham das mesmas formas de socialização com seus filhos e se os discursos são compatíveis com o processo educativo por elas praticado: o de ações violentas.

Assim, o desafio metodológico encontrado foi o de analisar os mecanismos de poder existentes nas relações de violência entre mães e filhos no ambiente intrafamiliar e a justificativa dessas através do discurso; por isso, a metodologia adotada, no trato com o material empírico, é o de uma trajetória de descrição e explicação do problema em investigação.

Para proceder à análise qualitativa do material obtido, separamos as entrevistadas em dois grupos⁵, sendo o primeiro grupo composto por cinco mães provenientes do CT, Grupo Denunciado. Neste, trabalhamos com três fontes: o arquivo oral, importante documento capaz de revelar as contribuições, riquezas e expressividade da oralidade: entonação, ênfase, dúvidas, intervalos, pausas, rapidez ou lentidão nas reações, risos, repetições etc., detectado tanto no momento da entrevista, quanto na escuta das gravações para a elaboração do texto escrito, fruto das transcrições dos depoimentos gravados. Primeiramente, as gravações foram ouvidas repetidamente; em seguida, a audição das gravações foi combinada com a

⁵ Todas as participantes estão referidas com nomes de anjos.

leitura das transcrições; e por último, observamos anotações feitas no arquivo documental do CT.

O segundo grupo foi composto pelas entrevistadas da Zona Norte da cidade de Natal, do bairro de Soledade II, Grupo Não Denunciado ao CT, neste, trabalhamos apenas com o arquivo oral e o texto escrito derivado dele.

Cada entrevista durou, em média, cerca de uma hora, somando um total de 12 horas de gravações, tempo razoável, pois um relato em profundidade exige dos entrevistados esforços de concentração consideráveis e, do entrevistador, uma forte tensão, pois ele tem que evitar qualquer distração e formular as perguntas no momento adequado.

A opção por esse tipo de metodologia é também uma consequência da natureza do objeto da pesquisa e do referencial teórico adotado, embora o propósito aqui seja o de compreender em que medida o social e o cultural são representados nas relações entre mães e filhos no processo educativo socializador. Entendemos, a partir das premissas da abordagem histórico-cultural, que este processo não é unidirecional, uma vez que, ao se relacionar com seus filhos, a mãe desempenha um papel ativo, particular, singular, num processo multidirecional e dialético, conforme podemos interpretar a partir da epígrafe inicial, a qual transcrevemos:

O amor de mãe é algo semelhante a uma força primitiva. Nele se conjugam o instinto de posse, o apetite e até certo elemento de contrariedade, em momentos de exasperado humor; e há nele generosidade, energia e humildade, também. (WINNICOTT, 1982, p. 63).

Vemos, assim, que a mãe não é, portanto, um ser que recebe passivamente as influências do meio sociocultural. Em outras palavras, das influências que receberá deste meio dependerão, também, o seu modo de se relacionar com a sociedade que, por sua vez, será afetada pelas inúmeras influências recebidas e interações realizadas pelo sujeito no contexto social (por meio da comunidade, do seu círculo de amizade, dos meios de comunicação etc.).

Dessa forma, buscamos compreender, através dos discursos das mães, a materialidade que implica regras específicas para o dizer e para o dizível, explicitando o mecanismo ideológico que o sustenta, em seu funcionamento. Em “A ordem do discurso,” Foucault (1996) discute sobre procedimentos de controle,

seleção e organização dos discursos na sociedade Ocidental, produtores de restrições do dizer, mas também de enunciados que devem ser ditos e repetidos em certas circunstâncias. Esses procedimentos trariam, como efeito, a rarefação dos discursos e, também, formas de positivação que produziriam o verdadeiro, o sensato, de modo geral, o que é dizível em circunstâncias específicas. É nessa direção, que pretendemos analisar as falas das mães entrevistadas.

Ao procurar abranger o discurso, temos como objetivo a tentativa de apreensão da representação social que o objeto do discurso possua no tempo e no espaço em que está inserido. Isto implica tornar evidentes todos os significados explícitos (sentidos manifestos) e implícitos (sentidos latentes) contidos nas falas objetos da análise, isto em conformidade com o desejo de compreender as singularidades de cada caso, de cada mãe sujeito desta pesquisa. Em certas condições de produção, um discurso se torna dominante, sedimentado, assumindo o prestígio de legitimidade, fixando-se, então, como o sentido oficial e literal, se sobrepondo às ações dos sujeitos; talvez sejam estas condições que possibilitam o discurso das mães.

Ressaltamos, no entanto, que o interesse desta pesquisa não recai sobre as características do discurso das entrevistadas, mas sim, sobre as representações que fazem sobre suas relações com os filhos. Sobre as informações que explicitamente prestaram sobre a temática em estudo, repetimos, a violência intrafamiliar, como uma ação que pode causar dano físico, ou psicológico, no caso, praticada pela mãe contra os filhos. A imersão nos dados colhidos permitiu não somente a impregnação do discurso do outro, como também, o conhecimento mais profundo das peculiaridades das experiências relatadas por cada sujeito. À medida que cada caso era analisado, algumas observações e considerações relevantes para a temática estudada eram feitas. Estes procedimentos geraram uma ficha para cada sujeito que teve como propósito principal identificar o que havia de singular na história de cada mãe entrevistada. Na análise, as falas dos sujeitos são intercaladas com comentários da pesquisadora, apoiadas nas teorias que fundamentam a pesquisa.

Esta dissertação intitulada “Os anjos podem ferir: um estudo sobre a violência intrafamiliar” estrutura-se em três partes, mais esta introdução que traz a apresentação de nossa pesquisa, e as considerações finais.

A primeira parte: “Contextualizando a violência contra crianças e adolescentes”, situa o desenvolvimento da pesquisa em termos teóricos, traça o histórico da temática, no contexto do universo da pesquisa.

A segunda parte, intitulada “A família e seu processo de transformação social”, mostra a construção social da família; como essas transformações influenciaram na compreensão do que é a maternidade e seus papéis; e as relações entre mães e filhos no contexto familiar. Nesta construção articulam-se contribuições das áreas da sociologia e da antropologia, especialmente de elementos que permitem a fundamentação e a compreensão da construção do sujeito, como mãe, em contextos sociais variados. Há também colaborações de outras áreas do conhecimento, particularmente de autores que discutem mais detidamente as relações familiares e suas transformações, com a intenção de detectar as contribuições e lacunas do conhecimento em relação ao tema. Esse exame nos permitiu contextualizar as características, e singularidades do alcance desses estudos, assim como fundamentar parte das questões suscitadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Inserimos tais achados na construção do texto, intercalando-os com as narrativas das entrevistadas sobre o que elas têm como representação do que é a maternidade e suas relações com seus filhos.

A terceira parte tem como título “Os Anjos podem ferir”; nesta, são analisadas as narrativas, observando-se o perfil e origem familiar dos indivíduos estudados, os traços presentes no contexto sociocultural, os percursos individuais e as marcas e impactos da cultura em suas vidas. Assim, foi possível compreender como são configuradas as relações de violência entre os membros da família, suas mudanças e permanências que foram discutidas à luz dos pressupostos teóricos já enfatizados.

Por fim, “As considerações finais”, nas quais são apresentados os resultados da investigação. Estes apontam que as relações violentas entre mães e filhos são construções que têm influências socioeconômicas e culturais. Essas reflexões possibilitaram contribuir para as discussões sobre as relações de violência no contexto familiar, reconhecendo que pensar a mulher/mãe como um ser capaz de ferir é uma tarefa difícil, pois vai de encontro a significações e sentidos sobre as ações sociais destas, construídas histórico, cultural e socialmente. Contudo, reconhecemos que tais reflexões são necessárias para a compreensão do fenômeno aqui estudado: violência intrafamiliar de mães contra filhos.

A violência contra crianças e adolescentes aos olhos dos leigos parece uma questão de maldade, de insanidade, de comportamento desviante, sobretudo quando praticadas pelos próprios pais e, principalmente, pela mãe. Este estudo possibilitou perceber a complexidade que envolve as relações de violência entre membros da família, especialmente entre mães e filhos, como também as práticas e suas justificativas.

A retórica da não violência foi evidenciada nos relatos das entrevistadas, como apreensão de um discurso, fundamentado em normas de educação e relacionamento de pais e filhos, do Ministério Público e, principalmente, do CT.

A pesquisa nos possibilitou também perceber que, apesar de hoje a família se apresentar em diversas formas de arranjos familiares, o modelo ideal ainda é o de família conjugal baseado no modelo moderno, isto é, pai+mãe+filhos. Isto foi percebido tanto nas narrativas do Grupo Denunciado quanto pelo Grupo Não Denunciado, embora a realidade dessas mães não se coadunem a esse ideal desejado de família.

A realidade das famílias denunciadas no CT não diverge da estatística nacional, na qual as famílias monoparentais, em sua grande maioria, têm como responsáveis as mulheres. Essa realidade nos indica que a existência das famílias monoparentais provavelmente não seja fruto de uma adoção de modelos alternativos de arranjos familiares, mas sim, uma estratégia de sobrevivência destas famílias, já que a maioria das entrevistadas do Grupo Denunciado não tem apoio emocional e muito menos financeiro dos pais de seus filhos, cabendo-lhes, desta forma, buscarem soluções que viabilizem a sobrevivência familiar, no qual inclui procurar apoio dos parentes, como salientado por Sarti (2003), já que a responsabilidade dos filhos está sobre “a responsabilidade da mãe ou do pai, mais também de toda a rede de sociabilidade que a família está envolvida” (SARTI, 2003, p. 77).

Compreendendo o amor materno como sentimento construído socialmente, e por ser uma construção humana, é imperfeito; entretanto, a sua representação perante a sociedade define-o como divino, fazendo com que esta mesma sociedade também tenha um ideal de mãe como: a que é responsável pelo bem-estar tanto físico, psicológico e emocionalmente dos membros da família. Sendo assim, notamos que as representações que povoam a comunidade, como o

imaginário das mães, é que a boa mãe é aquela que dá amor, é devotada e dedicada à sua família.

E que o papel atribuído às mães, apesar de ser imposto pela sociedade, as próprias mães o legitimam como sendo sua a responsabilidade de ser “boa mãe”, “boa esposa” e “dona-de-casa”. E, conseqüentemente, o cuidado com os filhos.

Evidenciamos que a representação da educação baseia-se em suprir as necessidades vitais, como alimentação, vestimenta e proteção. Nessa visão, educar significa cuidar da criança, como também as dificuldades enfrentadas com a criação dos filhos. Em relação ao pedido de ajuda para cuidar dos filhos quando essas mães precisam trabalhar, o problema não se restringe a recursos comunitários, pois, segundo elas, funcionam e têm o suficiente para atendê-las, as reclamações são realmente a falta da rede social, para ajudá-las; no cuidado com os filhos. Apesar dessas argumentações sobre a falta de rede social, percebemos que a rede existe, em alguns casos foram os parentes que assumiram a guarda das crianças, o que nos leva a considerar que a negação da rede por parte das mães seja provavelmente por terem feito a denúncia ao CT. Logo, disponibilidade de parentes próximos, que as ajudassem no cuidado com os filhos, pode ser deficitária, mas existe.

A educação passa por questões, como o preparo para o futuro, repetição ou negação da própria educação e tradição, provisão de afeto e garantia da sobrevivência da criança pelo atendimento das suas necessidades vitais.

Identificamos que em relação ao ter ou não o filho, para as entrevistadas foi algo que aconteceu quando ainda eram adolescentes, não houve planejamento. Sendo assim, não seria apenas o amor e o desejo que levam a mulher a assumir seus “deveres maternos”, mas, principalmente, o senso de responsabilidade, originado por valores sociais, morais e também religiosos, que perpetua na mulher o sentimento natural de ser mãe.

Destacamos também que as relações existentes entre mães e filhos geram vários outros sentimentos, como também ações que podem ser boas ou más, de acordo com a percepção do outro. E, desta maneira, ao reconhecer as várias ações em que a mulher pode agir de forma agressiva, identificamos que existem crenças e valores familiares transmitidos através de gerações que sustentam as relações de violência.

Destarte, ações em que a sociedade não reconhece como abusiva é encoberta na medida em que é vista como sendo uma função disciplinadora dos pais, e não como uma violência. E Caldeira (2000) discute que a sociedade brasileira legitima a dor como meio de punição. O bater numa criança pode ser incentivado pela resposta imediata que a ação proporciona a quem a pratica. Sendo assim, a sociedade brasileira condena apenas os atos extremos que deixam marcas profundas nos corpos das crianças, como é o caso de espancamentos; o mesmo não acontece com a palmada, aliás, esta não é considerada uma violência.

Enfatizamos que as punições físicas em nosso universo pesquisado têm a função de disciplinar as crianças e os adolescentes, e são consideradas ações necessárias para conter, controlar, moldar, constituindo, dessa forma, uma prática necessária para educar.

Esta postura apenas vem evidenciar que, seguindo esse perfil, as mães foram denunciadas por não representarem o modelo ideal que se espera do ser mãe (ou seja, uso de drogas, álcool, mais de um parceiro) e não pela prática em si, do bater. Portanto, essas mães foram punidas, ou seja, denunciadas, pois se mostraram incapazes moralmente de gerir a educação de seus filhos. Já que as relações de violência também foram percebidas tanto nas entrevistadas do Grupo Denunciado quanto do Grupo Não Denunciado, o qual apresenta arranjos familiares modernos, isto é, o modelo ideal pai+mãe+filhos.

Assim, o que é sentido como violência e a sua intensidade sempre serão vistos segundo a percepção de como os envolvidos a sentem e a interpretam. Com base nesse contexto, argumenta-se que a mãe, apesar de manter relações de violência com seus filhos, o que vai determinar as ações agressivas será o olhar do outro, isto é, a visão de quem está fora da relação, já que, segundo as próprias mães, não estão praticando nenhuma violência contra seus filhos, apenas ensinando, pois consideram o bater necessário. O presente estudo vem destacar que a boa mãe não está desvinculada da mãe que bate, que violenta seus filhos; pelo contrário, ela é o mesmo ser o que definirá se sua atitude é de boa mãe ou não será o olhar do outro.

Os depoimentos também possibilitaram compreender que as mães, geralmente, sabem das implicações legais que os atos agressivos, como: machucar, espancar, fraturar ossos, acarretam. Entretanto, mesmo sabendo dessas

implicações, não conseguem impedir que elas ocorram, como observado nos relatos das práticas educativas, descritas pelas mães entrevistadas.

A análise desses depoimentos nos possibilitou perceber a representação social das relações de violência entre mães e filhos, como também argumentar que a punição do Grupo Denunciado foi menos pelas agressões corporais do que pelo fato de não serem estas mães o modelo ideal legitimado pela comunidade. Logo, ratificamos que os discursos das denúncias sempre enfatizaram o comportamento desregrado das mães. Portanto, a comunidade tolera as punições contra crianças, mas não tolera a amoralidade das mulheres, denunciando-as por não cumprirem seu papel de mãe.

REFERÊNCIAS:

- ARIÈS, P. **História da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ASSIS, Simone Gonçalves. **Crescendo em meio à violência**. In_ Violência e Criança. WESTPHAL, Márcia Faria (Org.) São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 2002.
- AZEVEDO, Maria Amélia. **Hitting mania: domestic corporal punishment of children and adolescents in Brasil**. Viviane N. A. Guerra e Maria A. Azevedo (Org.) São Paulo, Iglu, 2001
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, Elisabeth. **XY Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.
- BADINTER, Elisabeth. **Rumo Equivocado: O feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/ Edusp, 2000.
- DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- DEL PRIORE, Mary. **A família no Brasil Colonial**. São Paulo: Moderna, 1999.
- DESLANDES, S. F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Análise de um serviço. **Cadernos de Saúde Pública**, 1994, 10: 177-187.
- FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e Honra**. Porto Alegre, UFRGS, caps. 1, 2, 3 e 4, 2000.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 2006.

FONSECA, Cláudia. **Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse**. **Cadernos Pagu**, n°. 26 Campinas Jan./June 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acessado em Janeiro de 2007.

FOUCAULT, Michel. Dois ensaios sobre o sujeito e o poder. In_ Dreyfus H. ET Rabinow P., Michel Foucault _ **Um parcours philosophique**. Tradução de Regina Célia L. Maciel. Paris: Gallimard, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro, vozes, 1975.

GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In_ Pedro, Joana e Grossi, **M. P. Masculino, feminino, Plural**. Florianópolis. Editora mulheres, 1998.

GUERRA, V. N. de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3ª ed., São Paulo, Cortez, 1998.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo, Cortez, 2003.

SOUZA, Adriana Aparecida de. **Os anjos podem ferir: um estudo sobre a violência intrafamiliar**. Dissertação defendida no programa de pós-graduação em ciências sociais. Natal: UFRN-RN, 2009, 107 f.